

3. O território e a caracterização do município de Belford Roxo

O princípio da territorialização em políticas sociais é muito recente. No SUAS significa reconhecer a presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam a família e o indivíduo de uma determinada área a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. Este princípio orienta a proteção social na perspectiva do alcance da universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidades e riscos.

Entretanto, o conceito de território é muito amplo e tem diferentes perspectivas, dependendo de quem o aplica. É preciso saber de qual território se fala. Nos próximos itens, na busca da precisão deste conceito, estabeleço alguns nexos entre este e outros conceitos, como: globalização, pobreza, exclusão/inclusão social.

Em seguida, realizo uma breve caracterização do município de Belford Roxo através de dados quantitativos adquiridos, através de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000 e de relatórios institucionais obtidos na pesquisa de campo no município estudado.

3.1.

O que é território?

O conceito de território já foi muito analisado por inúmeros autores dentro de perspectivas distintas, desde a década de 1960. Haesbaert¹ (2004: 37) afirma que apesar deste ser um conceito central para a Geografia, por dizer respeito à espacialidade humana, também tem tradição em outras áreas, mas com enfoques diferenciados, dependendo de cada perspectiva. Neste sentido, o autor faz a seguinte observação:

¹ Rogério Haesbaert da Costa é Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor no Departamento de Geografia da Open University, na Inglaterra, onde foi também Pesquisador Visitante. É professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

“(…) Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou com uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 37)”

Como observado acima, as áreas das Ciências Humanas e Sociais trazem para o debate sobre o conceito de território diversos olhares e concepções. O autor ainda afirma que mesmo dentro destas áreas há concepções diferenciadas do conceito. Ainda segundo Haesbaert (2004: 58), entre os geógrafos, embora sejam minorias e quase sempre com vínculos com outras perspectivas, encontram-se algumas posições que podem ser consideradas abordagens que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território. Acredita ainda, que a mais relevante seja a utilizada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos², em que o “uso” (econômico, sobretudo) é o elemento definidor por excelência do território.

Para Milton Santos (2007: 22), o território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito útil para a análise social quando ele é considerado a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que o utilizam. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social.” (2005: 137) É a partir desta perspectiva de Milton Santos que este conceito vem sendo introduzido como uma categoria analítica e de intervenção no campo das políticas sociais brasileiras.

No Brasil, a partir da década de 1970, ocorreram mudanças no mundo do trabalho com a introdução do meio técnico-científico-informacional, como expressão geográfica da globalização (SANTOS e SILVEIRA, 2005: 52) gerando uma fluidez do espaço em que a informação e as finanças passam a ser fundamentais. O território, dessa forma, enquanto suporte da produção de todas as suas instâncias, equivale ao mercado. A divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do mercado morto e dos recursos naturais. Cria-se uma hierarquia entre lugares e

² Milton Santos (1926-2001) foi geógrafo, professor emérito da Universidade de São Paulo e autor de mais de 40 livros.

redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e instituições. A ciência, dominada pela técnica informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual.

Para Santos (2007), a globalização amplia a importância do conceito de território. A competitividade leva à busca de maior produtividade, dependendo das condições oferecidas nos lugares de produção, nos lugares de circulação, nos lugares de consumo. Os lugares, ainda segundo o autor, tornam-se, deste modo, um dado essencial do processo produtivo, em todas as suas instâncias, e passam a ter um papel que não tinham antes. Como podemos observar na afirmação a seguir:

“A globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade. Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social” (SANTOS, 2007:23)

A partir desta reflexão fica evidente a concepção do lugar como globalmente ativo. A visão pós-moderna que acredita que o lugar perdeu sua importância ou que não existe mais é um equívoco. “Os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares) não se realizariam.” (SANTOS, 2005:156). O referido autor afirma que antes, era o Estado que definia os lugares,

“era a base, o fundamento do Estado-nação, e ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.

Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território ‘estatizado’, hoje tudo não é estritamente ‘transnacionalizado’. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS, 2005: 138)

Desta maneira, o autor deixa clara a importância do Estado na dinâmica das relações do território. Segundo Santos (2007: 23), há um uso privilegiado do território em função de forças hegemônicas que comandam de forma vertical o território e a vida social. O Estado fica em uma posição de coadjuvante.

“Com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem

são da alçada nacional, ainda que as forças ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa. (...). É o Estado nacional, em última análise, que detém o monopólio das normas, sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia.” (SANTOS, 2005: 76)

Utilizando a perspectiva de Milton Santos, Dirce Koga analisa o conceito de território como instrumento importante no exame da realidade para a produção de políticas públicas de inclusão social que visam concretizar a redistribuição social no enfrentamento das desigualdades sociais. A autora, que é pioneira no esforço de reflexão sobre o significado do território no campo das políticas sociais, faz a seguinte afirmação:

“Aqui, o território é considerado como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como a própria reforma fundiária, a reforma fiscal. Parto do pressuposto de que as políticas públicas, ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas, apresentam fortes limitações, no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania.” (KOGA, 2003: 20)

Para Koga (2003:25), pensar em políticas públicas a partir do território exige que se revise a história, o cotidiano e o universo cultural da população que vive no território, considerando-o além do espaço físico, as relações estabelecidas entre os moradores que o constroem e o reconstroem.

“O território, também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade dos mesmos serviços apresentam-se desiguais.” (KOGA, 2003:33)

A universalização dos direitos sociais básicos e a democratização do poder público são desafios para serem conquistados. Esta perspectiva pode viabilizar políticas públicas para a redução de desigualdades socioterritoriais, sem perder vínculos com as particularidades e diversidades locais. Estas se expressam em um mosaico de lugares e contextos, habitados por pessoas que não vivem condições plenas de cidadania (KOGA e NAKANO, 2006:99). Para as referidas autoras existe uma diferença entre os moradores e os cidadãos.

“Enquanto os moradores povoam os lugares, os cidadãos possuem condições e poder para intervir nas decisões coletivas que dizem respeito ao destino desses lugares. No Brasil, alguns são cidadãos e muitos são meros moradores”. (KOGA e NAKANO, 2006:99)

Para Wanderley (2008:15) o território é o ‘espaço de vida’ dos sujeitos. Por isso, ao trabalhar com as famílias utilizando uma metodologia é preciso compreender que

“(…) o território é o espaço em que vivem estas famílias. É o espaço de inter-relações sociais, portanto, de disputas, contradições e conflitos. É um espaço de valores que são projetados e percebidos e que constituem o espaço vivido, cujo significado é atribuído pelos sujeitos que lá estão. Portanto, o cotidiano é um elemento intrínseco de construção e reconstrução do território. Nesta perspectiva, o território ultrapassa sua circunscrição político-jurídica e geográfica.” (WANDERLEY,2008:15)

A partir destas reflexões, observo que o território é o lugar usado pela sociedade. Deve ser incorporada às políticas sociais a noção de territorialidade para que se atenda às necessidades básicas socioterritoriais da população que vive em situação de pobreza. Desta maneira, podem-se utilizar as potencialidades do território para a constituição de poder local que constituam processos emancipatórios de cidadania. Estes espaços ultrapassam os delimitados pela municipalização. Desta maneira, devem-se encontrar alternativas para que a população beneficiária tenha facilidades ao acessar os serviços, ao invés de dificuldades.

3.2.

Há pobreza ou exclusão social nos territórios?

Os conceitos de exclusão social e de pobreza estão sendo analisados por diversos estudiosos no Brasil e no mundo. Há interpretações diferenciadas para cada uma dessas categorias. O presente estudo pretende discutir duas concepções distintas sobre pobreza, e ainda, diferenciá-la do conceito de exclusão social que vem sendo utilizado na área das ciências sociais. Entre estes estudiosos, destacamos em nosso estudo as pesquisadoras: Aldaíza Sposati e Dirce Koga. Acredito que o conceito de pobreza é mais adequado neste estudo porque mantém

a perspectiva de luta de classes, como veremos mais tarde, a partir das reflexões de José de Souza Martins.

Desta maneira, em um primeiro momento, farei uma revisão do conceito de exclusão social defendido, principalmente, pelas autoras já mencionadas: Sposati e Koga, para depois diferenciá-lo do conceito de pobreza em suas duas perspectivas. Uma considera a renda como fator primordial de pobreza. A outra mantém a perspectiva de luta de classes, em que considera a pobreza um processo múltiplo. Após esta introdução, analisamos o conceito de pobreza na perspectiva das desigualdades territoriais.

Aldaíza Sposati (1998) prefere utilizar o conceito de exclusão/inclusão social ao tratar de pobreza, por acreditar que este é um conceito mais amplo. Por perceber ainda que este é um conceito político e de mobilização da sociedade. Compreende que o processo de exclusão não é recente, visto que é intrínseco ao capitalismo. Não há a possibilidade de universalização no acesso ao trabalho.

Na pesquisa realizada pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP a autora construiu uma metodologia de avaliação dos processos de exclusão/inclusão social que se estruturou em torno de quatro grandes dimensões de inclusão social: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Desta forma, pretendeu romper com a cultura do não-direito e da não-política social presente na área de ação social.

Para a autora, a alternativa capitalista de inclusão social enquanto possibilidade de igualdade social se manifesta na concretização da noção de universalidade da condição de cidadania. Nos países centrais, com regras determinadas pelo Estado, a sociedade do pós-guerra desenvolveu um modelo de Estado Social. Desta forma, ocorreu a possibilidade de aquisição de um nível cidadão de acessos sociais. Porém, isto não significou redistribuição das riquezas.

Em nome da social-democracia os movimentos sociais legitimaram a luta para que suas demandas fossem incluídas nas respostas estatais do Terceiro Mundo. Entretanto, segundo Sposati, a aparente igualdade capitalista não foi capaz de exterminar a exclusão. Ela não está no patamar individual, mas em uma lógica que Marx demonstrou ser um dado inerente do processo de produção.

Para Sposati (1998: 2), o conceito de exclusão deve assumir o “caráter de um conceito/denúncia da ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra, como também da quebra da universalidade

da cidadania conquistada no Primeiro Mundo”. Ela considera que a exclusão é a negação da cidadania, já a inclusão social tem por patamar a igualdade, a cidadania e a equidade conquistadas na sociedade humana - mas ainda virtuais, desde a segunda metade do século XX, e que, dependendo da cultura ou da realidade social, pode-se incorporar novas dimensões.

A autora distingue exclusão social de pobreza. Acredita que hajam elementos éticos e culturais que se referem também à discriminação e a estigmatização na exclusão social e, quanto à pobreza ocorre a referência de uma situação absoluta ou relativa. Desta forma afirma:

“Não entendo estes conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só à capacidade de não retenção de bens. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho, etc. A exclusão alcança valores culturais, discriminações.” (SPOSATI, 1998: 3)

Dentro dessa perspectiva, a autora conclui que a exclusão social não passa necessariamente pela pobreza. No livro *Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo*, Sposati (1996) analisa de forma ainda mais clara este conceito quando define que

“Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social é não só pessoal, não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade”. (SPOSATI, 1996:13)

Ainda segundo Sposati (1996), no Brasil, está presente a cultura patrimonial que não incorpora padrões básicos e universais de cidadania. Deste modo, o Estado consolida uma concepção de inclusão não garantindo a instauração dos direitos sociais, caracterizando as atenções sociais como concessões partilhadas pela filantropia e não uma responsabilidade pública. A autora propõe, desta maneira, um alargamento da concepção de exclusão social com a introdução de um padrão de sociedade fundada na civilidade ou na ética civilizatória.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Dirce Koga (2003: 72) acredita que a exclusão social, pelo seu caráter mais abrangente e multidimensional (quando comparado ao conceito de pobreza) pode conter a dimensão territorial como fator conjugado de análise junto à dimensão populacional. Para a autora, “exclusão social é também territorial” e afirma ainda que à medida que vão sendo considerados os territórios locais, as desigualdades internas se tornam mais visíveis e gritantes.

“(...) esse movimento da lente passando de um território mais amplo até chegar ao município significa um exercício metodológico importante no debate sobre as políticas públicas, justamente ao que se refere ao estatuto dos padrões de inclusão social que a sociedade brasileira almeja, sem desconsiderar as realidades locais e suas desigualdades internas.” (KOGA, 2003:72)

Segundo Koga (2003), o fenômeno da exclusão social parece gerar o máximo de efemeridade humana. O grau de fragilidade que a situação de exclusão pode expor o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana de ser no mundo. Reflete ainda, que o estudo do território na perspectiva das políticas sociais públicas torna-se um instrumento importante quando levado em conta os aspectos culturais, as condições de sobrevivência, os sujeitos que fazem parte da multifacetada sociedade em questão.

“O processo de exclusão cada vez mais perverso e praticamente naturalizado na sociedade brasileira exige, portanto, a configuração de diferentes fatores para a sua compreensão e, conseqüentemente, para seu enfrentamento através de políticas públicas”. (ROLNIK, apud KOGA, 2003:74)

Para a referida autora a perspectiva da inclusão social deve ser delineada em torno de três pilares: a diferenciação territorial, o aspecto cultural e a cidadania. Acredita que seja impossível tratar a questão da exclusão social nos territórios da cidade sem se referir à cidadania, sem indagar as razões pelas quais cidadãos de um mesmo lugar possuem condições de vida tão desiguais.

Desta forma, Sposati (2001) afirma que políticas de inclusão social são alternativas para nossa sociedade. Associando a democracia, ao território e a intersectorialidade de políticas com o objetivo de garantir identidade e reconhecimento da cidadania aos beneficiários - com fundamentação na ética e na justiça social. Em relação aos programas de renda mínima, como alternativa de inclusão social, a autora considera:

“Esse sentido de inclusão social exige do programa de renda mínima o trabalho com o conjunto das necessidades de uma família, a adoção de medidas para a reestruturação familiar aprofundando condições de segurança social, autonomia e cidadania; e, ainda, o favorecimento de processos participativos que tragam novo formato de gestão social e construção do reconhecimento da cidadania.” (SPOSATI, 2001:)

José de Souza Martins prefere utilizar o conceito de pobreza ao de exclusão social por acreditar que este último não consegue compreender os reais problemas da sociedade capitalista. Assim, o autor constrói sua crítica a categoria exclusão social:

“resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuraram explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea.” (MARTINS, 2003a:27)

Para o autor o discurso sobre a exclusão

“é produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo” (MARTINS, 2003 b:27)

Para Martins (2003a:17-19), a utilização da categoria de *exclusão social* (ou excluído) para classificar as desigualdades sociais revela-nos um dos aspectos da crise da sociedade de classes, em que a classe operária não estaria mais no centro das discussões dos movimentos populares que buscam compreender e explicar a diferenciação social da atualidade. Para o autor, com a utilização do conceito de exclusão social ocorre uma anulação política da classe operária e um acobertamento de sua contradição histórica com o capital. Em consequência, ocorre uma dupla vitória do capitalismo: enquanto modo degradado de inserção social e enquanto interpretação abrandada das contradições do capital e dos problemas que dele resultam.

Para reforçar o seu ponto de vista, o autor diferencia ainda, o operário que se constituiu de uma classe social ao do excluído que não se define como tal:

“Operário é uma categoria sociológica substantiva, relativa ao efetivo e objetivo sujeito social e histórico, sujeito de contradições, que personifica possibilidades históricas, que é o trabalhador assalariado. Independente da sua vontade subjetiva, o operário tem uma realidade objetiva, ele é um produto histórico e, teoricamente, agente privilegiado da História, no momento histórico que lhe corresponde”. (MARTINS, 2003a: 30)

Porém, “excluído” é apenas um rótulo abstrato em que não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e grupos com esta rotulação. Martins (2003a) acredita, ainda, que o discurso sobre a exclusão é a partir da concepção dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto no âmbito econômico quanto nos valores correspondentes. Embora o discurso seja socialmente crítico, dificilmente é anticapitalista.

O autor aponta que há duas orientações interpretativas opostas sobre a categoria de exclusão social: uma orientação transformadora e outra conservadora. Os que aderem à orientação *transformadora* chamam de “excluídos” aquilo que é próprio da *situação de classe do operário*, ou seja, vítima da exploração capitalista. Já os que aderem a uma orientação *conservadora* são os que não realizam uma análise das contradições, mas as lamentam. Para estes, os excluídos são excluídos das possibilidades ativas do fazer História, são descartáveis e esse é o extremo da coisificação da pessoa e de sua alienação.

“Vocês chamam de *exclusão* aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais. Tem sentido que vocês pensem assim, ainda que de modo insuficiente, porque exclusão, de fato, sociologicamente, não existe. Ela é na sociedade moderna, apenas um momento na dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual.” (MARTINS, 2003b: 26)

Para Martins, na realidade ocorreu uma mudança social no processo de trabalho, mas o pobre ainda deve ser compreendido a partir da concepção de pertencente a uma classe social. Porque,

“mudou a forma de pobreza. O pobre aderiu ao mundo que o fez pobre. Tornou-se cúmplice, para desespero de quem tem uma visão de mundo pautada por uma história possível, diversa da história irremediável.” (MARTINS, 2003a:37).

Logo, o pobre incorporou o consumo ostensivo como um meio de afirmação social e de definição de identidade mascarando sua pobreza com o que ele parece ser e não com o que ele é na realidade.

Ainda segundo Martins, o tema da exclusão é uma expressão ideológica limitada de classe média que não diz respeito aos “excluídos”. “É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não o são de fato” (MARTINS, 2003a: 43)

Milton Santos (2004) afirma que a pobreza nos países subdesenvolvidos, no último meio século, conheceu três formas: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural.

“A primeira seria (...) uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes.

Depois chega uma outra, reconhecida e estudada como uma doença da civilização. Então chamada de marginalidade, tal pobreza era traduzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos.

E agora chegamos ao terceiro tipo, a *pobreza estrutural*, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo.” (SANTOS, 2004: 69)

Com as modificações no mundo do trabalho e a ausência do Estado na regulação das políticas sociais há um agravamento das condições de pobreza. Esta é agora visualizada como algo permanente, global, natural e inevitável. Porém, deve-se ter a noção de que esta pobreza é produzida politicamente por empresas e instituições globais. (SANTOS, 2004:73)

Ao analisar Martins (2003) e Santos (2004) o estudo apresenta concepções diferenciadas, contudo complementares sobre a pobreza. Para Martins a pobreza está intrinsecamente vinculada à noção da luta de classes na sociedade capitalista. Já para Santos está vincula aos processos de dominação do capital globalizado com a colaboração dos estados nacionais.

Porém, outros autores, apesar de considerar a pobreza como um conceito multifacetado, utiliza primordialmente o critério da renda para a definição da pobreza. Esta perspectiva é a concepção mais aceita no atual contexto neoliberal, que visa a redução dos gastos públicos.

Sônia Rocha (2003: 9) afirma que a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Para a autora, a mensuração da pobreza é importante para que possam ser operacionalizadas políticas públicas em determinado contexto histórico e social. A autora analisa que nas últimas décadas ocorreu uma tentativa de definição de uma referência mundial para a mensuração deste fenômeno. Nos seus estudos, Rocha (2003) conceitua a pobreza, considerando dois tipos de abordagem: *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*.

Para a autora, a pobreza absoluta estaria ligada à questão da sobrevivência física do indivíduo. Já o conceito de “pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão” (ROCHA, 2003: 11). A autora acredita que não há limites claros para a definição dos dois conceitos. Outra contribuição de Rocha é relativa a diferenciação dos pobres em relação aos indigentes, classificando-os da seguinte forma:

“pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto das necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender as necessidades nutricionais”. (ROCHA, 2003:13)

Portanto, pode-se observar que a autora utiliza apenas a variável renda para diferenciar os pobres dos ainda mais pobres. Apresenta, ainda, a abordagem dos *basic needs*, ou relativa às necessidades básicas em que há ênfase no “caráter multidimensional da pobreza e do reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências” tais como: saneamento básico, educação, etc. (ROCHA, 2003: 19) Operacionalmente, a autora, acredita numa abordagem complementar entre a renda e as *basic needs* da seguinte maneira:

“(…) trata-se de, inicialmente, estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar os pobres dos não-pobres com base em sua renda. Em seguida, cabe caracterizar a subpopulação pobre no que diz respeito as diferentes dimensões de seu bem estar, de forma específica.”(ROCHA, 2003:28)

Barros, Henriques e Mendonça (2000: 22)³ compartilham da vertente em que conceitualizam a pobreza tendo como referência primordial a renda do indivíduo. Analisam que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, e a define como “situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000: 22).

Em trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴ os autores realizam uma análise sobre uma dimensão que denominaram

³ Barros é da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Henriques e Mendonça fazem parte da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA e do Departamento de economia da UFF.

⁴ HENRIQUES, Ricardo. (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

como particular e evidentemente simplificadora visto que concebem a pobreza apenas pela dimensão da renda

“(...) há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas”. (2000: 22-23)

É importante salientar que dependendo do conceito de pobreza utilizado na formulação das políticas públicas, estas poderão ser mais ou menos restritivas. O Programa Bolsa Família, como será visto com mais detalhes no capítulo 3, está considerando as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza a partir apenas da renda *per capita*. Desta forma, a partir das reflexões acima, podemos considerá-la uma política que não considera a pobreza como um fenômeno multifacetado, sendo uma política extremamente focalista e restritiva no que tange a cobertura efetiva.

3.3. Breve caracterização do município de Belford Roxo

O município de Belford Roxo pertence à região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, composta por 17 municípios⁵, tendo uma extensão territorial de 79 Km² o que corresponde a 1,7% desta região, como podemos observar no Mapa 1⁶ - *Mapa de localização na Baixada Fluminense*. Observa-se que o município encontra-se em fronteira com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e, recentemente, por Mesquita, emancipado em 2001. No Mapa 2 – *Mapa de caracterização da área urbana/habitacional*, verifica-se como o município está organizado territorialmente, como veremos a seguir:

⁵ Os municípios que constituem a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japerí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

⁶ Todos os mapas expostos neste trabalho foram adquiridos através da Fundação CIDE, pelo sítio: <http://www.cide.rj.gov.br> em 20 janeiro de 2008.

No período imperial, Belford Roxo fazia parte do Quarto Distrito de Nova Iguaçu, era o Antigo Brejo com a economia voltada para a agricultura de cana de açúcar e café, existindo também olarias e um engenho para fabricação de aguardentes. A produção era escoada pelo Rio Sarapuí para a capital do império até ser criada a Estrada de Ferro Rio D'Ouro⁷. Na primeira metade do século XX, destacaram-se os laranjais, configurando-se uma importante atividade lucrativa.

“Em 1927, Nova Iguaçu já exportava 46.000.000 laranjas para o Rio da Prata e 10.000.000 para a Europa. (...) Apesar da proximidade do município da onda loteadora que varria a Baixada, sua participação no contexto nacional, como área citrícola, iria aumentar ainda mais na década de 30. A crescente renda da terra, proporcionada pela atividade agrícola, superava então, e em muito, os lucros que poderiam advir da sua conversão em lotes urbanos.” (ABREU, 1988: 82)

Era um produto valorizado, que preservou grande parte do distrito, que pertencia à Nova Iguaçu, da especulação imobiliária nessa época. Mas com a Segunda Guerra Mundial ocorreu a decadência deste tipo de cultivo. Para Abreu (1988: 111) o colapso ocorreu porque toda laranja era exportada em navios frigoríficos estrangeiros. Com a eclosão do conflito mundial não aportaram mais navios no Rio de Janeiro. Além disso, não existiam armazéns frigoríficos e meios de transporte eficientes. As laranjas apodreceram nos pés, originando uma praga que dizimou grande parte das plantações. Com o fim da guerra, o governo proibiu a exportação da laranja. Ocorrendo um avanço territorial das áreas utilizadas pela especulação imobiliária. As áreas utilizadas para plantio de laranjas foram transformadas em loteamentos e vendidas para migrantes, principalmente, nordestinos. No período de 1940 à 1950, o distrito de Belford Roxo teve um crescimento populacional de 219%⁸. Desde então, o município se enquadra como “cidade dormitório”⁹. A população trabalha em outros municípios vizinhos e retorna a noite.

⁷ A Estrada de Ferro Rio D'Ouro foi construída a partir de 1883 com o objetivo de transportar material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D'Ouro. Posteriormente, passou a ter um serviço regular de passageiros. (ABREU, 1988: 50)

⁸ Dados obtidos na *Tabela 5.7 – População dos municípios e distritos periféricos segundo a localização nos quadros urbano/suburbano e rural (1940 e 1950)*, localizado em ABREU (1988: 110).

⁹ Uma cidade dormitório é uma cidade de caráter principalmente residencial, na qual a maioria dos moradores trabalha em uma cidade próxima, de maior tamanho ou importância econômica. Geralmente, a divisão entre subúrbios e cidades dormitórias é imprecisa devido à conurbação das cidades. Cidades dormitórias costumam estar ligadas por meios de transporte de massa aos locais de trabalho da maioria de seus residentes. Segundo informações obtidas no site: <http://www.wikipedia.org> em 03 de março de 2008.

Aliado a isto, ocorreu o surgimento da rodovia Presidente Dutra em torno da qual começaram a surgir várias indústrias que se beneficiavam da mão-de-obra barata e incentivos fiscais. Percebe-se através da evolução histórica do espaço metropolitano carioca que o uso do território foi destinado a acumulação do capital. Na época, a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana tiveram seus destinos traçados de acordo com as negociações imobiliárias. As regiões privilegiadas, como Copacabana e Leblon (bairros da cidade do Rio de Janeiro) foram destinadas a moradia da classe burguesa. As regiões suburbanas e periféricas, inclusive a Baixada Fluminense, foram destinadas a classe trabalhadora.

“A atual estrutura metropolitana do Rio de Janeiro nada mais é do que a expressão mais acabada de um processo de estratificação espacial que vem se desenvolvendo há bastante tempo, mesmo que de forma linear descontínua. Nesse processo o Estado teve um papel dos mais importantes, pois esteve quase sempre associado à classe dominante, refletindo, por conseguinte, o seu interesse, e garantindo ao máximo a rentabilidade de seus investimentos. (...) Pode-se afirmar mesmo que o crescimento populacional dos municípios vizinhos ao Rio neste século, e, por conseqüência, dos loteamentos clandestinos de periferia, devem muito a intervenção do Estado, tanto quanto mantém controles e legislação rígidos sobre as formas de uso do solo no núcleo metropolitano e em seu entorno imediato, como quando concentra seus investimentos e recursos neste mesmo núcleo, valorizando desta forma certos segmentos do solo da cidade que passam, assim, a se tornar inacessíveis à população de baixa renda.” (ABREU, 1988:147)

A partir da reflexão acima citada, percebemos que a estratificação socioterritorial foi e continua sendo proposital. A ausência de serviços públicos, a má qualidade dos serviços prestados são expressões concretas do uso do território para privilégio de poucos.

Desde o início da década de 1960, o distrito de Belford Roxo apresentava crescente desenvolvimento populacional e econômico, principalmente após a instalação da indústria química Bayer, em 1958. Apresentava uma das maiores arrecadações do município de Nova Iguaçu, mas não contava com um retorno compatível na forma de investimentos adequados, dando margem a insatisfação da população residente no distrito, principalmente, com o estigma de ser a região mais violenta do estado.

Em 1985, iniciou-se um movimento pela emancipação do distrito, chamado CEBER – Comissão Pró-Emancipação de Belford Roxo, liderado pelo vereador Jorge Júlio Costa dos Santos (Joca). O movimento ganhou apoio da população e

dos empresários da região que fizeram rateios para sustentação financeira da campanha. Segundo Prado (2000), em 12 de junho de 1988 é realizado um plebiscito no qual aproximadamente 95% da população votou pela emancipação de Belford Roxo. Em 22 de março de 1990 a Justiça Eleitoral deu parecer favorável e o projeto de lei seguiu para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro onde foi aprovado por unanimidade.

Em 3 de abril de 1992, a Lei n.º 1640 concedeu a Belford Roxo a categoria de município, instalando a prefeitura municipal em 1º de janeiro de 1993, com o então prefeito eleito Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca¹⁰. Eleito com 65% dos votos, o novo prefeito foi acusado de reeditar a política com violência de Tenório Cavalcante.

Joca inicialmente trabalhou como carroceiro, praticava atos ilícitos, como por exemplo, assaltar caminhões de carga e abastecer o comércio local, em troca de proteção pessoal. Tornou-se empresário com uma transportadora e duas lojas de venda de material de construção (MONTEIRO, 2007). Também foi acusado de ser matador de aluguel, mas não foi condenado pelos seus supostos crimes. Como podemos observar nas citações a seguir:

“A prisão em 1989, do grupo de extermínio formado por “*Jorginho da Farmácia*”, *Cosminho*, *Djalminha*, *Saul e Do Boi*, acusado pela chacina do bairro Shangrilá, deixaria evidentes as suas ligações com os esquemas de execuções. Contudo, jamais foi condenado, resultando infrutíferas as denúncias telefônicas à 118 Central de Denúncias do Departamento Geral de Polícia que confirmavam seu envolvimento. Durante a campanha, fez funcionar sua máquina de caridade, montada enquanto era vereador, em Nova Iguaçu. Distribuía bolsas de comida, brinquedos, serviços gratuitos de saúde e ensino e transformaria o local conhecido como Piscina do Joca no seu grande centro social.”¹¹

“Percebidos como a única saída para os problemas de segurança pública, os matadores ganham *status* e passam a desfrutar da simpatia de grande parte dos moradores de bairros periféricos. Ser amigo de um matador é algo importante e o próprio Joca ao defender-se das acusações de que era um justiceiro admitiu pelo menos a sua amizade com vários matadores dizendo que por isso o consideravam também um matador.” (MONTEIRO, 2007: 63)

Como podemos observar, o ex-prefeito utilizava a caridade e a violência de maneira vinculada para sua ascensão e permanência na política. Morreu em 1995,

¹⁰ Para saber melhor sobre a trajetória pessoal e política de Joca ler Monteiro, 2007.

¹¹ Citação retirada das páginas 118 e 119 do sítio:

http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs/download/BaixadaFluminense_aviolenciaconstrucaodopoder_IV.pdf

em um suposto assalto durante um engarrafamento na saída do túnel Santa Bárbara na cidade do Rio de Janeiro. O município foi governado temporariamente por Ricardo Gaspar (estava exercendo o mandato de deputado estadual e preferiu continuar no cargo) e sucedido por Mair Rosa (1995-1997), presidente da Câmara dos vereadores daquele ano. Nas eleições seguintes, a viúva de Joca, Maria Lúcia Netto dos Santos conseguiu eleger-se (1997-2001). Nas eleições de 2000, Waldir Zito (2001-2005), irmão do prefeito de Duque de Caxias, José Camilo Zito assumiu o poder. Em 2004, Maria Lúcia reelegeu-se (2005-2008).

Em todas as sucessões eleitorais expostas acima, predominou-se a violência vinculada a políticas caritativas, clientelistas, residuais e focalizadas para a sobrevivência dos extremamente pobres. A concessão de favores em troca de voto ainda impera. Os direitos sociais são subjugados pela ‘cultura da dádiva’ conceituada por Teresa Sales (1994) que constrói uma análise das raízes da desigualdade social na cultura da política brasileira, da República Velha e seus traços contínuos na contemporaneidade, como observa-se na seguinte afirmação:

“A busca das raízes da desigualdade social na cultura política brasileira me fez percorrer algumas interpretações seminais para a relação de mando e subserviência que conduzem a um tipo de cidadania que nomeei como cidadania concedida. Essa cidadania concedida (...) tem a ver com o próprio sentido de cultura política da dádiva. Os direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho; todos os direitos civis, enfim, para o nosso homem livre e pobre que vivia na órbita do domínio territorial, eram direitos que lhe chegavam como uma dádiva do senhor de terras.” (SALES, 1994:4)

Permanecem os mecanismos clientelistas e coronelistas em que políticos utilizam-se da pobreza para a permanência política, como se constata na afirmação a seguir,

“(...) a pobreza do brasileiro não é um estado que tem a ver apenas com suas condições econômicas. Elas tem a ver igualmente com sua condição de submissão política e social. E o compromisso coronelista é que está por trás desse tipo de autojustificação da pobreza como sendo do interesse dos “grandes” do local, como meio mais importante de eles obterem os favores necessários ao moto-contínuo de seu mando e de sua riqueza. A vinculação pobreza-submissão, mais que uma marca da cultura política herdada do monopólio do mando pelo domínio territorial, é uma marca desse estado de compromisso herdado da nossa República Velha.” (SALES, 1994:6)

Para uma melhor caracterização do município apresento alguns dados oficiais que ilustram a situação de pobreza em que vive a população. Segundo o

Atlas de Desenvolvimento Humano, o município em 2000 possuía o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,742, que segundo a classificação do PNUD encontra-se entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). De acordo com Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹², o município de Belford Roxo está entre os cinco piores de todo o estado, como veremos no quadro a seguir:

Quadro I – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Ranking IFDM		Municípios	IFDM/2005	Emprego e Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual					
34°	1°	Macaé	0,8729	0,9254	0,8083	0,8849
157°	4°	Rio de Janeiro	0,8174	0,8234	0,7984	0,8961
2653°	88°	Belford Roxo	0,6045	0,5412	0,5793	0,6931
3112°	92°	Trajano de Moraes	0,5721	0,1778	0,7699	0,7686

Fonte: IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Ranking IFDM/2005- Rio de Janeiro, Ano 1, Julho/2008. No sítio: <http://ifdm.firjan.org.br> acessado em 05/08/2008.

Observando o quadro acima podemos verificar que o município de Belford Roxo ao ser comparado aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro, por intermédio da metodologia utilizada pelo IFDM, possui um dos piores índices. Ao comparar com os municípios de Macaé e do Rio de Janeiro que estão respectivamente em primeiro e quarto lugares no ranking estadual, percebemos a grande diferença dos indicadores nos três itens analisados. O município de Belford Roxo, apresenta ainda piores índices relativos à educação e à saúde quando comparado ao município de Trajano de Moraes que é o último no ranking estadual. Desta maneira, observa-se que o município estudado nesta Dissertação encontra-se entre os municípios com maiores dificuldades nas questões básicas para o desenvolvimento humano, econômico e social da população. A partir dos

¹² A metodologia do IFDM abrange, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados - por áreas de desenvolvimento ou do índice final, varia entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. As variáveis acompanhadas pelo indicador Emprego e Renda são: taxa de geração de emprego formal sobre o estoque de empregados e sua média trienal; saldo anual absoluto de geração de empregos; taxa real de crescimento do salário médio mensal e sua média trienal; e, valor corrente do salário médio mensal. As variáveis acompanhadas pelo indicador educação são: taxa de atendimento no ensino infantil; taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com curso superior; número médio diário de horas-aula; taxa de abandono escolar; e, resultado médio no índice de desenvolvimento da educação básica. As variáveis acompanhadas pelo indicador saúde são: quantidade de consultas pré-natal; taxa de óbitos mal- definidos; e, taxa de óbitos infantis por causas evitáveis.

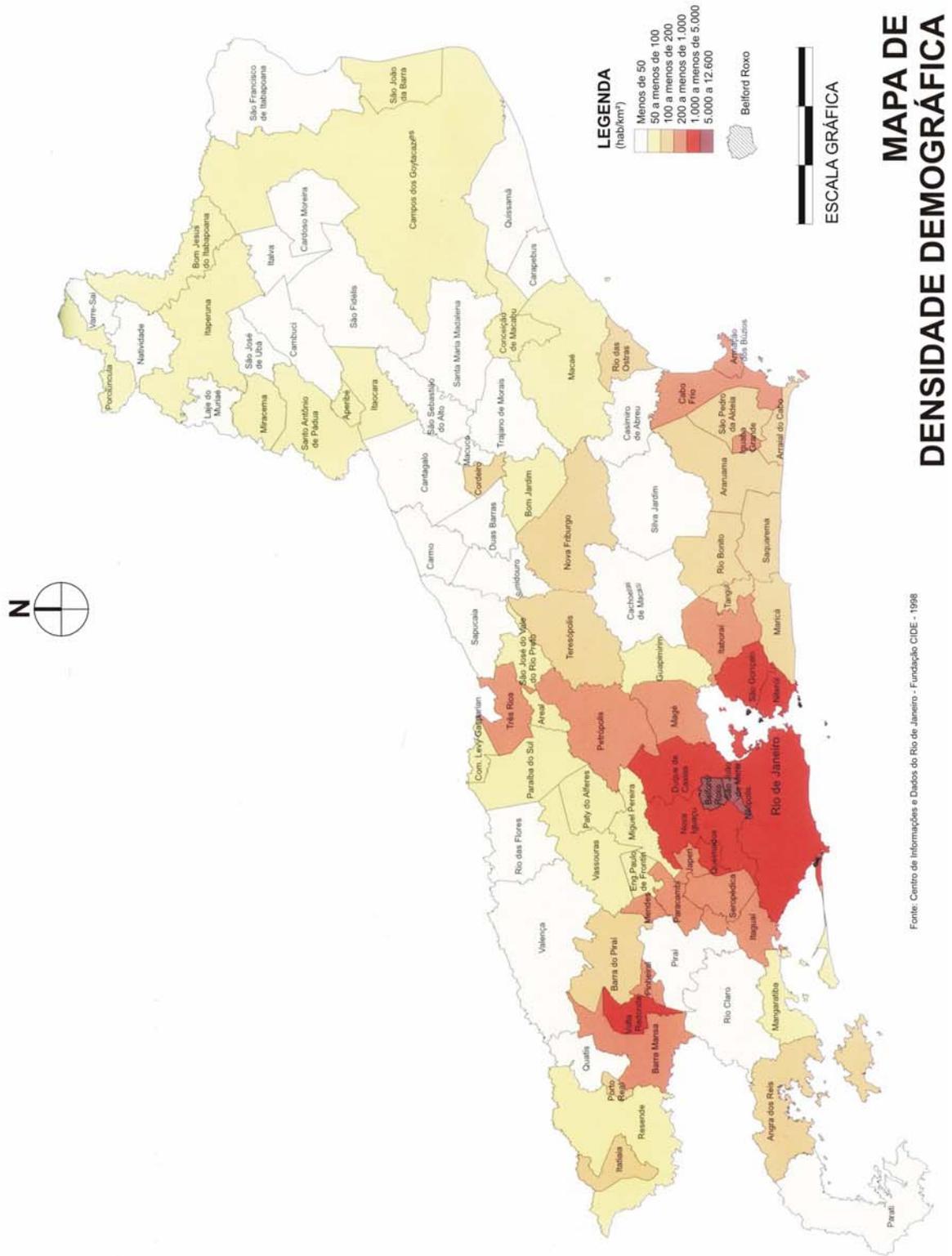
dados sócio-econômicos levantados sobre o município procurei traçar seu perfil considerando as seguintes variáveis: população, renda, escolaridade, acesso a serviços sociais, acesso a bens de consumo, transporte e saúde, como veremos a seguir.

População

O município de Belford Roxo possuía no Censo de 2000 uma população de 434.474 habitantes, sendo 211.285 homens e 223.189 mulheres¹³. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano a população representa 3,02 % da população do Estado e 0,26% do país. Tem uma densidade demográfica de 5.414 hab/Km², apresentando uma população 100% urbana. No Mapa 3 – *Mapa de densidade demográfica*, na próxima página, observamos que em todo o Estado do Rio de Janeiro, apenas os municípios de São João de Merití e Nilópolis tem uma densidade demográfica tão alta quanto Belford Roxo.

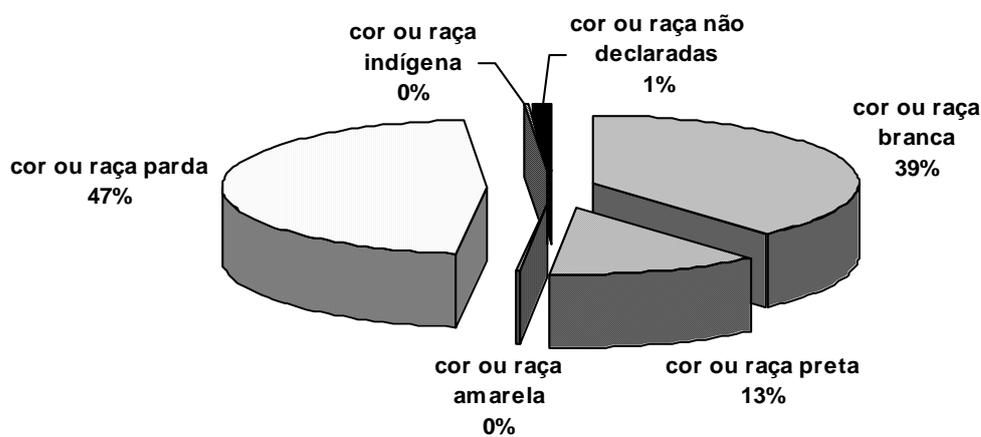
¹³ Possui uma população estimada pelo IBGE, em 2004, de 472.325 habitantes.

Mapa 3 – Mapa de densidade demográfica



Como podemos observar no Gráfico 1, a seguir, em relação a classificação da população segundo sua cor ou raça, a maior parte da população se classificou pelo Censo de 2000 como de cor ou raça parda (47%), enquanto 39% da população se declarou de cor ou raça branca, e de cor ou raça negra 13%. As pessoas que se declararam de cor ou raça indígena ou amarela não chegaram 0,01% e 1% da população preferiu não declarar sua cor ou raça.

Gráfico 1 – Número da população belforroxense por cor ou raça



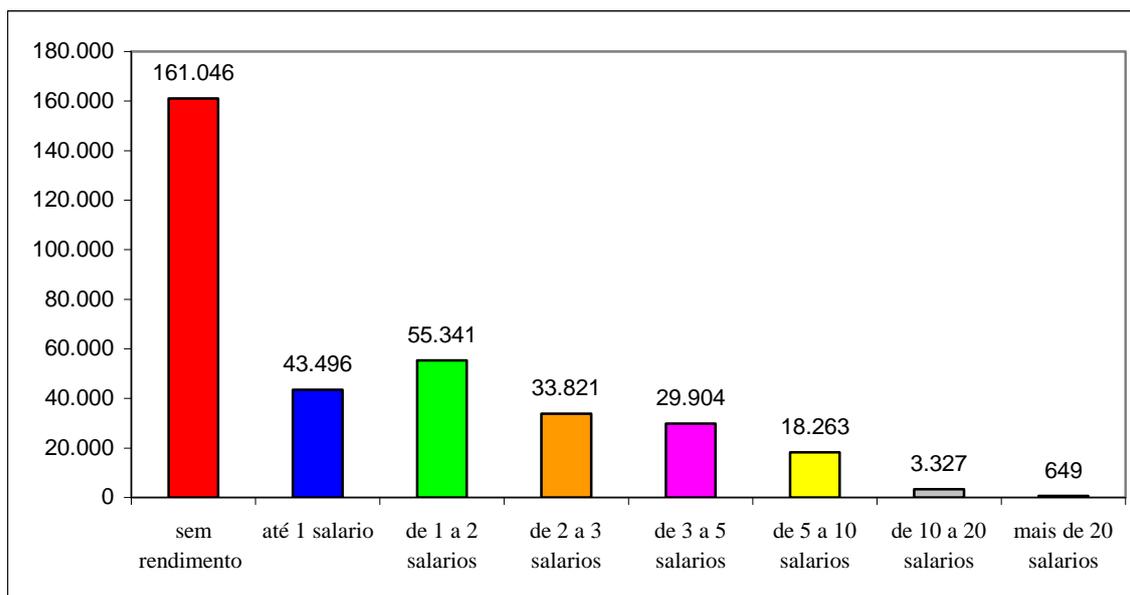
Fonte: GEOSUAS – www.mds.gov.br em 17 de abril de 2007.

Renda

A partir da renda per-capita da população do município de Belford Roxo, é possível ter uma visão das possibilidades de acesso das pessoas aos bens e serviços, e ainda, às formas de trabalho ou de geração de renda.

Nos gráficos e tabelas a seguir, serão demonstrados de forma quantitativa o rendimento da população maior de 10 anos, as diferenças entre sexo e entre classes sociais, procurando demonstrar a desigualdade de rendimento entre os diversos extratos populacionais.

Gráfico 2 – Número de habitantes belforroxenses segundo o rendimento nominal mensal de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade.



Fonte: IBGE - Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000

O gráfico nos mostra que a maior parte da população vive sem rendimento, seguida da população que vive com uma renda *per capita* entre um e dois salários mínimos. Consta-se que é mínimo o percentual da população que vive com mais de vinte salários mínimos mensais. Isto demonstra a grande desigualdade de renda que existe entre a população mais pobre e a mais rica do município.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000, a proporção de pobres diminuiu em 19,35 % (medida pela proporção de pessoas com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente a meio salário mínimo vigente em agosto de 2000) no período de 1991 e 2000. Mas, o Índice Gini piorou neste período passando de 0,45 a 0,49, demonstrando que a desigualdade social cresceu. A tabela abaixo nos revela a porcentagem de renda apropriada pelos extratos da população.

Tabela 1 - Porcentagem de renda apropriada pelos extratos da população belforroxense

Extratos da população	1991	2000
20% mais pobres	4,3	2,6
40% mais pobres	13,6	11,4
60% mais pobres	28,1	25,7
80% mais pobres	50,2	48,0
20% mais ricos	49,8	52,0

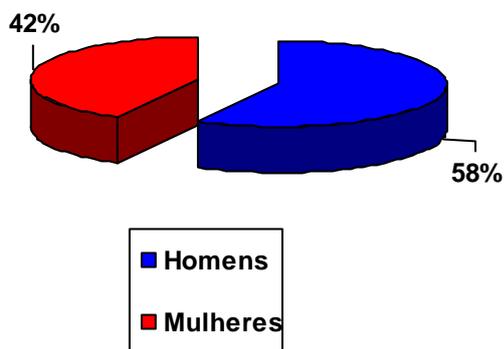
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000.

Na tabela acima, percebe-se com mais nitidez o aumento da desigualdade social quando comparamos os dados obtidos em 1991 e 2000, principalmente, ao considerarmos os dados dos 20% mais pobres e os dos 20% mais ricos.

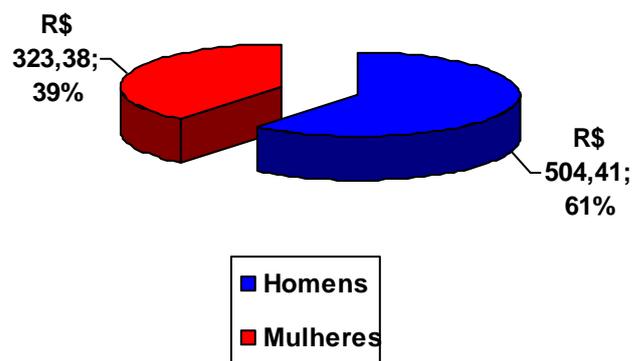
Esta desigualdade de renda fica ainda mais evidente quando há uma comparação entre sexos. A desigualdade de sexos também pode ser observada quando comparamos a renda mensal obtida por homens e mulheres, assim como podemos analisar no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Comparação entre homens e mulheres belforroxenses com 10 anos ou mais que possuem rendimento

3.1 - Comparação por rendimento entre homens e mulheres



3.2 - Valor médio de rendimentos



Fonte: IBGE - Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000, neste ano, o salário mínimo vigente era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

Observa-se no gráfico 3.1 que a maior parte dos que possuem algum tipo de rendimento entre os residentes no município, são homens representando 58% da população e as mulheres 42%. Ao analisar o gráfico 3.2 percebe-se que as mulheres têm um rendimento médio mensal inferior aos homens. Elas recebem em média R\$ 323,38 mensais enquanto os homens recebem R\$ 504,41, ou seja, eles recebem em média 20% a mais que as mulheres. Pode ser que estes dados revelem também diferenças quanto ao tipo de inserção da mulher no mundo do trabalho.

O próximo capítulo, apontará que a maior parte da população que procura o atendimento nos CRAS é do sexo feminino, inserida no mercado de trabalho informal, precarizado, em subempregos, desempregadas, entre outras situações. A partir das tabelas e gráficos que foram mostrados, pode-se inferir que as diferenças econômicas entre os diversos segmentos da população é bastante alta.

Escolaridade

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, a taxa de analfabetismo diminuiu em todas as faixas etárias entre os anos de 1991 e 2000. Neste período, a população adulta com 25 anos ou mais reduziu esta taxa de 14,5 % para 9,8 %. O analfabetismo da população de 7 a 14 anos também decresceu de 18,7 % para 8,9 %. Em decorrência, observamos um aumento no tempo de estudo e frequência à escola de crianças e adultos. Aumentou também o número de anos de estudo da população de mais de 25 anos que em 1991 tinha a média de 4,7 e em 2000 passou para 5,6 de média em anos de estudo. Contudo, este aumento ainda é pouco. Verifica-se no próximo item desta dissertação que a falta de escolaridade da população acarreta em diversas dificuldades para o ingresso dos candidatos nos cursos de capacitação, agravando a condição de desemprego ou de trabalho precário. Percebe-se que em áreas mais afastadas do centro econômico do município, como será visto na área de localização do CRAS 1, o acesso a escolas ainda é dificultado, razão pela qual, a maior parte da população não possui o ensino básico completo.

Tabela 2 - Nível educacional da população do município de Belford Roxo

Faixa etária – anos	Taxa de analfabetismo %		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola		Média de anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	18,7	8,9	-	-	-	-	80,7	93,7	-	-
10 a 14	9,2	3,2	65,3	49,1	-	-	82,6	94,3	-	-
15 a 17	5,1	1,6	23,0	12,4	78,2	67,6	55,1	76,9	-	-
18 a 24	3,9	2,3	14,6	11,5	54,9	47,9	-	-	-	-
25 ou mais	14,5	9,8	35,2	27,3	73,7	65,3	-	-	4,7	5,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000

Acesso aos serviços básicos

No município de Belford Roxo, conforme os dados da tabela abaixo, o acesso à coleta de lixo aumentou significativamente em 2000 quando comparado a 1991. Ocorreu uma pequena diminuição no que se refere à distribuição de água encanada. Permaneceu praticamente estável o fornecimento de energia elétrica. Deve-se ressaltar que, neste período, em 1993, o município foi emancipado de Nova Iguaçu.

Tabela 3 – Acesso da população aos serviços básicos em Belford Roxo

	1991	2000
Água encanada	85,5	85,3
Energia elétrica	99,8	99,8
Coleta de lixo ¹	33,4	87,7

1 – somente domicílios urbanos

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000

Acesso aos bens de consumo

Tabela 4 - Acesso a bens de consumo em Belford Roxo

	1991 (%)	2000 (%)
Geladeira	88,1	96,4
Televisão	87,2	97,4
Telefone	5,0	19,2
Computador	ND	4,4

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000

Como observado na tabela 4, o acesso aos bens e serviços teve um aumento expressivo. Deve-se dar destaque a aquisição da televisão como o equipamento, cujo acesso, mais se aproxima da totalidade dos moradores, faltando apenas 2,06% da população. O computador, o mais recente bem de consumo entre os classificados, é o que tem o menor índice de acesso, quando comparado aos outros bens.

Vulnerabilidade Familiar

Tabela 5 - Vulnerabilidade familiar em Belford Roxo

	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,6
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	5,1	9,7
% de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo	47,2	41,3
% de mães chefes de família sem conjugue com filhos menores	8,2	5,9

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000

Nesta tabela 5, podemos observar um crescimento considerável de mulheres entre 15 e 17 anos com filhos no período de 1991 a 2000. No mesmo período, ocorreu uma diminuição da porcentagem de mães chefes de família sem cônjuge com filhos menores. Em entrevistas com as profissionais responsáveis pelo cadastramento nos CRAS do município, foi revelado que o número de mulheres chefes de família aumentou consideravelmente. Contudo, elas permanecem casadas ou com companheiro que cuida da casa e das crianças enquanto a mulher trabalha - o que veremos em mais detalhes no próximo item.

Transporte

O principal meio de transporte utilizado pelos moradores do município de Belford Roxo é o rodoviário, como ônibus e utilitários (transportes complementares alternativos, chamados de kombis e vans). A secretaria de transportes do município não informou os percentuais do uso deles, nem o quantitativo de passageiros por dia/mês. O município de Belford Roxo possui influência direta de algumas rodovias importantes. A principal delas, Rodovia

Presidente Dutra ou BR 116, que faz a ligação entre Rio e São Paulo, é a principal rota de acesso para a maior parte da população que trabalha, porque a maioria atua em municípios vizinhos. Outra ligação importante é através de São João de Meriti ao Rio de Janeiro, pela Avenida Automóvel Clube que cruza o município. Internamente, a principal via é a Avenida Joaquim da Costa Lima, que corta a porção central de Belford Roxo fazendo a ligação entre Nova Iguaçu e a Avenida Presidente Kennedy, em Duque de Caxias, onde se encontra à BR-040 - Rodovia Washington Luís. Outra via interna importante é a Estrada de Belford Roxo, que corta a porção sul do município¹⁴.

Cabe ressaltar, que a maior dificuldade dos moradores está em circular dentro do próprio município. Não há transporte público intramunicipal que tenha um trajeto que conduza a população a todas as áreas de Belford Roxo. Ao circular internamente, dependendo do trecho, a população necessita de mais de um meio de transporte público para chegar a determinados pontos.

O município possui uma estação de trem, a Estação de Belford Roxo, terminal do ramal Central do Brasil - Belford Roxo. A linha férrea é um importante eixo de ligação/integração a São João de Meriti e à zona suburbana do Rio de Janeiro. Os trens, após a privatização, em outubro de 1998, melhoraram os seus serviços, sem, contudo, atingir as condições mínimas necessárias para o atendimento aos usuários.

Aponta-se, no próximo capítulo, que a questão da falta de transportes e o preço elevado das passagens dificulta o atendimento da população. A questão dos meios de transporte para a população atendida nos centros de referência é muito importante. Para os profissionais entrevistados, o atendimento realizado por meio dos encaminhamentos só é efetivado quando o usuário consegue chegar ao local informado pelos técnicos. Como a rede socioassistencial local é inexpressiva ou inexistente, necessita-se encaminhar a população para locais distantes do território em que habitam.

Saúde

O sistema de saúde, segundo informações obtidas pelo planejamento Pluri Anual (2006-2009)¹⁵, ainda é precário em alguns setores. Sua infra-estrutura de

¹⁴ Informações obtidas pelo site: www.belfordroxo.rj.gov.br em 29 de fevereiro de 2008.

¹⁵ Informações no site: www.belfordroxo.rj.gov.br em 29 de fevereiro de 2008.

saúde é composta por: Centro de Referência Odontológico – 1 unidade; unidades do Programa Saúde da Família (PSF) – 17 unidades; Hospital Municipal Joça, de meio porte – 1 unidade; Hospital de Unidade Mista, de pequeno porte – 1 unidade; unidade de atendimento de urgência – 1 unidade; centros de especialidades médicas (PAM – Prata, Neuzinha Brizola, e Edson Bichieri) – 3 unidades; unidades básicas de saúde – 22 unidades, Centro de Atendimento Psicossocial – 01 unidade. Na área particular, o município dispõe de três pequenos hospitais (um infantil, uma maternidade e um outro que atende poucas especialidades, além da obstetrícia). Os hospitais particulares oferecem 338 leitos conveniados ao Sistema Único da Saúde (SUS).

As entrevistas com os profissionais responsáveis pelo atendimento nas unidades dos CRAS, revelam que uma grande demanda reprimida está relacionada à questão da saúde. Muitas vezes pelo fato de o município não conseguir suportar a demanda interna, esta é encaminhada aos municípios vizinhos. Porém, a maioria dos pacientes belforroxenses está retornando ao de origem por que os demais dificultam o acesso para os não pertencentes a ele. Percebe-se desta maneira, que o território utilizado pela população muitas vezes não condiz com o determinado administrativamente pelos municípios.